



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão Externa destinada a fazer o acompanhamento “in loco” e fiscalizar os planos de trabalho, obras realizadas, intervenções futuras, investimentos, obrigações e direitos adquiridos pela concessionária ECO 101 que administra o trecho da BR 101 que corta o Estado do Espírito Santo – CEXBR101

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES N° , DE 2016

(Da Comissão Externa BR-101/ES)

Solicita o envio de requerimento de informações ao Sr. Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil sobre o contrato de concessão da BR-101/ES.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil o seguinte pedido de informações:

Como já é de conhecimento de V. Exa., foi instalada na Câmara dos Deputados a Comissão Externa para a fiscalização da Concessionária Eco 101 destinada a fazer o acompanhamento “in loco” e fiscalizar os planos de trabalho, obras realizadas, intervenções futuras, investimentos, obrigações e direitos adquiridos pela Concessionária.

Entre outras ações, a Comissão tem percorrido todos os Municípios no trajeto da BR-101/ES, nos quais tem realizado reuniões com lideranças comunitárias e audiências públicas com representantes da Concessionária e da ANTT, recebido queixas e percebido as preocupações das comunidades afetadas.

Tendo por objetivo o pleno atendimento dos usuários, a continuidade e regularidade do serviço público rodoviário de qualidade e o

compromisso de dar respostas à população, julgo conveniente solicitar a V. Exa. as seguintes informações:

- a) Que tratamento será dado ao pleito de construção de duas alças: a alça direita, no Município de João Neiva, que dará acesso à Queijeira e a alça esquerda, no sentido João Neiva a Ibiraçu, para acesso à comunidade Caboclo Bernardo?
- b) Quando as obras de duplicação no Km 206, na comunidade de Queijeira serão iniciadas? Qual é o status da regularização da faixa de domínio na região? Solicito que seja disponibilizada, para esta localidade, relação dos proprietários atingidos, discriminando se há ou não documento de propriedade, se houve ou não notificação e qual será a providência da concessionária em relação ao morador/proprietário?
- c) Por que houve alteração da faixa de domínio para 40 metros no perímetro urbano de João Neiva após a emancipação política do Município, em 1989, uma vez que antes, conforme Portaria nº 132, de 1980, do DNER, a faixa de Ibiraçu, que compreendia o perímetro de João Neiva, era de 18 metros?
- d) Que medidas negociais estão sendo adotadas pela Concessionária, antes de eventuais mandados de despejo ou ações de reintegração de posse? Como o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil tem orientado a ação da Agência e da Concessionária?
- e) Que reprimenda haverá à Concessionária em face do tratamento inconveniente e não urbano dispensado aos cidadãos?
- f) Há um plano de gestão socioambiental? Como a ANTT tem fiscalizado o cumprimento do que está previsto?
- g) Que medidas estão em curso para adequar a ampliação da balança de pesagem próxima ao bairro Ribeira, em Viana, em face das observações da comunidade e do

Procedimento Administrativo nº 2016.0008.2217-89, interposto pelo Ministério Público?

- h) Por que a fiscalização da ANTT tem ocupado instalações da Concessionária no trecho, o que tem prejudicado o contato dos usuários com a Agência? Não é possível alojar a fiscalização nas instalações do DNIT (em alguma Unidade Local)?
- i) Quantas inspeções de campo foram realizadas pela ANTT desde o início da concessão até o momento? Solicitamos que seja apresentada a relação das inspeções com as respectivas datas e Termos de Registro de Ocorrência eventualmente lavrados.
- j) Em relação às eventuais ocorrências, quais foram, que providências efetivas foram tomadas pela concessionária, quando e quem atestou o cumprimento das providências determinadas pela agência, que sanções foram sugeridas pela fiscalização, que sanções foram acatadas pela direção da agência? Houve quitação de eventuais multas aplicadas por parte da concessionária?

Certos de contar com a costumeira atenção de V. Exa. e desse Ministério, desde já agradecemos as informações prestadas.

Sala das Sessões, em 17 de maio de 2016.

Deputado MARCUS VICENTE
Coordenador